

Selo UNICEF

PIAÚÍ, CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE | FEVEREIRO - JUNHO 2022

EDIÇÃO 2



Equipe Selo UNICEF – Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte

Presidente da APDMCE:

Sônia Fortaleza

Chefe do escritório do UNICEF em Fortaleza:

Rui Aguiar

Coordenadora de implementação do Selo UNICEF no PICERN:

Amélia Prudente

Equipe técnica:

Eva Cristiana Alves, Gilliard Laurentino, José Nilson Silva, Keluska Lima, Lana Grazielle, Lorena Alves Crispim, Luciana Marinho, Metilde Ferreira e Suellem Fortaleza

Relatório de atividades | Fevereiro a Junho/2022

Texto e edição:

Lorena Alves Crispim - 2853 JP/CE

Diagramação:

Lorena Alves Crispim

Análise e revisão de dados:

José Nilson Silva

Apoio à produção de texto:

Amélia Prudente, Eva Cristiana Alves, Gilliard Laurentino, José Nilson Silva, Keluska Lima, Lana Grazielle, Luciana Marinho, Metilde Ferreira e Suellem Fortaleza

Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará

R. Maria Tomásia, 230 - Aldeota, Fortaleza/Ceará
Contatos: (85) 3271-2052 | apdmce@apdmce.com.br
www.apdmce.com.br



04	Apresentação
06	Capítulo 1 - Boas práticas municipais
07	Capítulo 2 - 1º Fórum Comunitário
09	Entrevista - Pacto pela primeira infância
14	Capítulo 3 - Busca Ativa Escolar
19	Capítulo 4 - Água e higiene
24	Capítulo 5 - Mobilização de adolescentes

Mobilização e trabalho coletivo com foco na garantia de direitos

O trabalho de mobilização municipal é cotidiano e nos desafia a cada etapa que avançamos no Selo UNICEF. A APDMCE tem a compreensão de que somente o trabalho coletivo, feito por muitos braços e corações, é capaz de alcançar os resultados que buscamos: a garantia dos direitos a crianças e adolescentes. Nos meses de março e abril, promovemos uma mobilização, engajada por campanha de comunicação, que resultou no mapeamento de 395 boas práticas no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Destacamos aqui o importante trabalho desempenhado por todos os consultores do Selo UNICEF no PICERN para que os municípios sejam assistidos adequadamente e não fiquem pelo meio do caminho. Com atendimento individualizado, temos garantido escuta atenta a técnicos e gestores municipais, oferecendo capacitações e tirando dúvidas. É essa presença constante que tem evitado, por muitas vezes, que a desistência do município se concretize. Persistimos porque acreditamos na força do trabalho coletivo.

Com o novo prazo para o 1º Fórum Comunitário, temos focado no contato insistente junto aos municípios que ainda não reportaram o evento. Reuniões presenciais e online com articuladores, gestores e técnicos também integram nossa agenda diária. E agora nos preparamos para as caravanas rumo aos municípios que têm enfrentado mais dificuldades neste processo.

As ações voltadas a adolescentes continuam avançando: até abril, já contávamos com a participação de cerca de 9.500 adolescentes do PICERN nos 293 NUCA's cadastrados no U-Report. Merecem destaque os encontros regionais realizados pelos mobilizadores de adolescentes, nos quais a APDMCE tem estado presente. Lá, são compartilhadas experiências exitosas nos municípios e apresentadas iniciativas do UNICEF, como o Pode Falar e 1 Milhão de Oportunidades.

A publicação também traz uma entrevista exclusiva com a secretária de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Ceará (SPS), Onélia Santana. A ex-primeira-dama do estado avalia a construção dos planos municipais da primeira infância e faz um balanço dos desafios e das políticas públicas para esse público implementadas nos últimos anos.

Este relatório sistematiza as principais ações executadas pela APDMCE para a efetiva implementação do Selo UNICEF no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte e reafirma o compromisso permanente da instituição com a infância e adolescência. Também é um convite ao diálogo e à ação a todas e todos que acreditam em um mundo mais justo para crianças, adolescentes e suas famílias. Vamos construir essa realidade juntos?

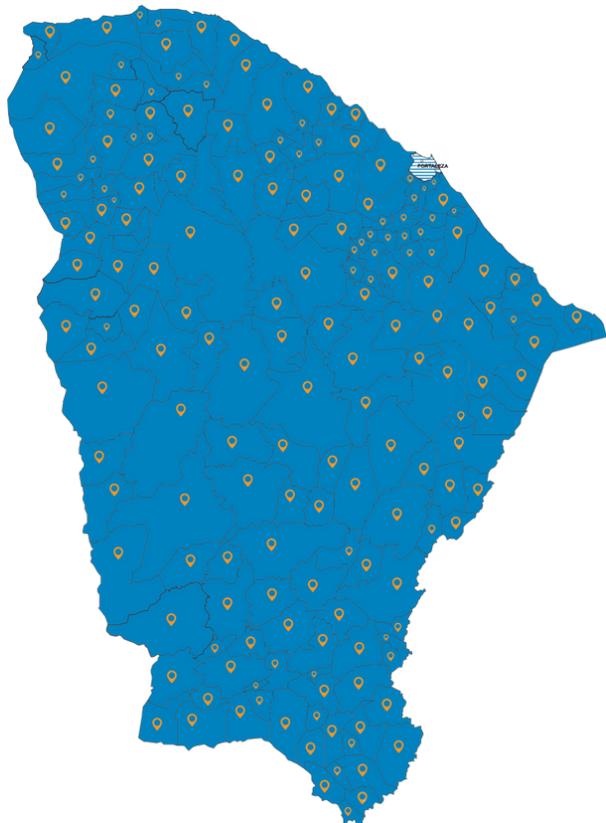
Sônia Fortaleza

Presidente da APDMCE

MAPAS DA ADESÃO AO SELO UNICEF NO PICERN

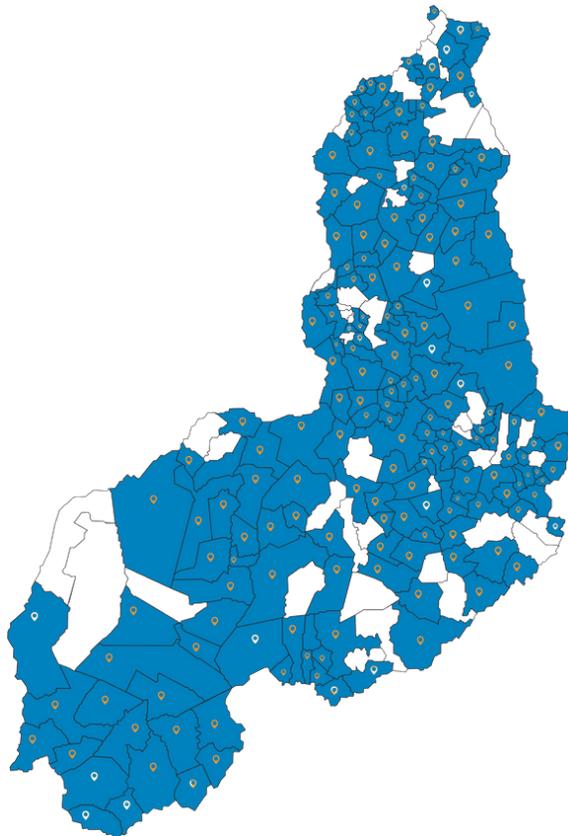
CEARÁ

183 municípios (100%)



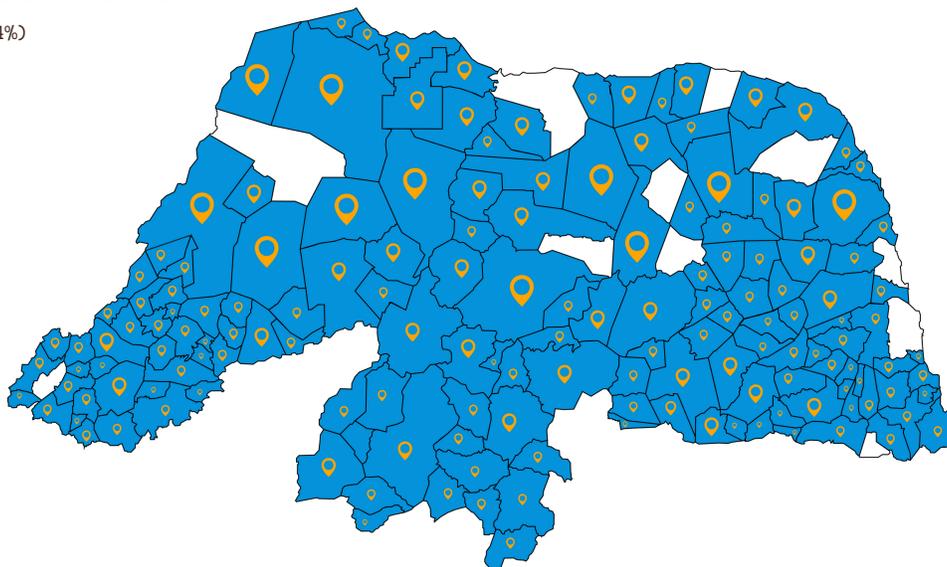
PIAUÍ

183 municípios (82%)



RIO GRANDE DO NORTE

156 municípios (94%)



APDMCE identifica 395 boas práticas nos municípios do Piauí, Ceará e RN

Durante os meses de março e abril, a APDMCE realizou um levantamento junto aos municípios do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte para mapear boas práticas executadas pelas gestões municipais nas áreas de infância e adolescência. O inquérito resultou em 395 respostas de boas práticas nos três estados, das mais diversas áreas.

Para engajar a mobilização, foi realizada uma campanha de comunicação incentivando os municípios a compartilharem as boas experiências das suas localidades. A APDMCE publicou chamadas nos seus perfis de redes sociais e nos grupos de WhatsApp convocando os municípios a responderem o formulário disponibilizado no site da instituição (www.apdmce.com).

Os consultores do PICERN realizaram criteriosa análise dos projetos apresentados e selecionaram algumas dessas iniciativas, que serão divulgadas nos canais de comunicação da APDMCE (campanhas nas redes sociais que perdurarão por todo o ano). Nas próximas páginas também serão apresentadas algumas dessas ações.

A APDMCE promoveu campanha de comunicação para mapear boas práticas

**VAMOS
COMPARTILHAR
BOAS PRÁTICAS?**



O Selo UNICEF e a APDMCE querem conhecer boas experiências na área de infância e adolescência praticadas nos municípios!



ENVIE SUAS IDEIAS!

Entre no site da APDMCE (www.apdmce.com.br) e acesse o banner de Boas Práticas. Ele te levará ao formulário, que deve ser respondido até o dia 8 de abril.

02



03

**DIVULGAR
PARA
INSPIRAR**

A APDMCE analisará as boas práticas municipais e divulgará mensalmente uma dessas iniciativas. Essas inspirações também podem ser publicadas na revista digital do Selo UNICEF no PICERN. Participe!



1º Fórum: capacitações e caravanas intensificadas

Os consultores do Selo UNICEF que atuam no PICERN estão fazendo um esforço coletivo para dialogar com os municípios que ainda não realizaram o 1º Fórum Comunitário. Com o adiamento do prazo final para comprovar a ação, que passou para 30 de junho de 2022, estão sendo realizadas, além da mobilização cotidiana, campanhas de comunicação, plano de divulgação na mídia local, caravanas aos municípios, capacitações e reuniões presenciais com técnicos municipais.

“Estamos convidando esses municípios todas as segundas e sextas-feiras, presencialmente, para explicar como fazer o fórum, o que o município tem de pendências da metodologia do Selo UNICEF, fazendo o passo a passo do processo”, destaca Amélia Prudente, coordenadora de implementação do Selo UNICEF no PICERN. “Estamos fazendo todas as ações possíveis para que eles retomem essa atividade”, acrescenta.

Essas agendas são importantes para rastrear e dialogar com os municípios que apresentam

Encontro de consultores do Selo UNICEF com o município de Catarina/CE, no dia 6 de maio



Atendimento aos municípios cearenses de Cariús e Irauçuba, em 9 de maio



maior risco de abandonar o programa. Exemplo disso foi a reunião realizada no dia 6 de maio, no escritório do UNICEF em Fortaleza, com representantes do município de Catarina/CE, que já havia desistido desta edição do Selo UNICEF. Após a conversa presencial com os consultores da APDMCE no escritório do UNICEF em Fortaleza, o município decidiu persistir no programa e dar continuidade às ações.

Apesar da persistência dos consultores, alguns municípios têm apresentado baixa ou nenhuma resposta à tentativa de contato da equipe do Selo UNICEF no PICERN, presencialmente ou por telefone. Nestas localidades que não têm reagido às provocações da APDMCE, já estão agendadas visitas em caravanas, durante o mês de maio, para sensibilizar os gestores municipais. “Temos esperança de que, estando na região deles, a gente consiga conquistá-los”, aposta Amélia Prudente.

Até 13 de junho de 2022, 400 Fóruns Comunitários já haviam sido reportados à Plataforma Crescendo Juntos (PCJ), sendo 170 no Ceará, 116 no Rio Grande do Norte e 114 no Piauí. Os eventos nos três estados já reuniram pelo menos 33.291 participantes, dos quais 2.985 crianças e adolescentes, 3.743 integrantes dos NUCAs, 573 líderes comunitários, 3.996 membros da sociedade civil, 4.177 técnicos municipais e 3.068 componentes da Comissão Intersetorial.

Também são realizadas capacitações regularmente, presenciais ou online, com

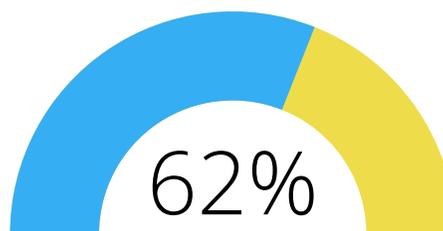
integrantes da Comissão Intersetorial; do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA); e do Conselho Tutelar. Nestes encontros são repassadas orientações detalhadas sobre como desenvolver os resultados sistêmicos, com foco nas ações do NUCA, da Busca Ativa Escolar e do Fórum Comunitário, que são as mais urgentes no momento.

Fóruns comunitários reportados à PCJ

*até 13 de junho de 2022

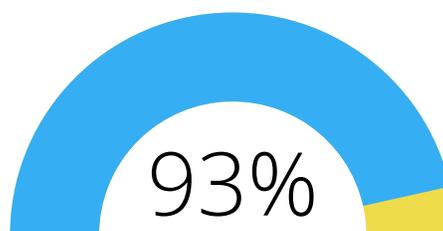
PIAUI

114 municípios



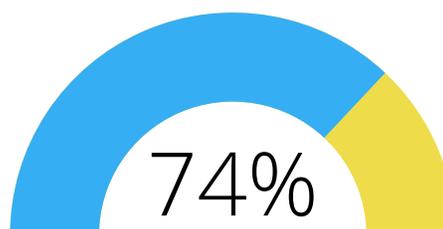
CEARÁ

170 municípios



RIO GRANDE DO NORTE

116 municípios



ENTREVISTA



UM PACTO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA



Onélia Santana é secretária de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Ceará (SPS), ex-primeira-dama do estado e idealizadora do programa Mais Infância Ceará

O 5º Encontro Estadual do Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará certificou, no dia 28 de março deste ano, 175 municípios cearense com diplomas ouro, prata e bronze por terem concluído, aprovado e instituído planos municipais para a primeira infância. O reconhecimento partiu da Secretaria da Proteção Social,

Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). A atual titular da pasta e ex-primeira-dama no Ceará, Onélia Santana, detalha ao **Selo UNICEF** avanços e desafios da primeira infância no estado e as estratégias para a elaboração e o acompanhamento dos PMPI. Ela também aponta as dificuldades enfrentadas por crianças e suas famílias durante a pandemia.

LEIA A ENTREVISTA COM ONÉLIA SANTANA

**Quais são as principais dificuldades vivenciadas, hoje, pela população de primeira infância no estado do Ceará? E que avanços ocorreram na última década?**

Cuidar da criança é também cuidar da família, e trabalhar com a primeira infância é construir, a médio e longo prazos, uma sociedade mais justa. Para isso, precisamos lidar com dois grandes desafios, quebrar os ciclos da violência e da desigualdade social, da pobreza. Importante também destacar que precisamos contemplar diferenças infâncias, a urbana, a rural, a de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas. Cada uma delas precisa de atenções e cuidados diferenciados. Muito já foi feito no Ceará, como a redução da desnutrição e da mortalidade infantil. Quando falamos em mortalidade infantil, tínhamos um dado que era a morte de 100 crianças a cada mil. Alcançamos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com a drástica redução para 12 crianças a cada mil nascimentos. Outra atenção para a qual estamos voltadas é a da mortalidade neonatal, em que também registramos avanços. Estamos trabalhando muito para fortalecer a parentalidade nas famílias, ou seja, o papel responsável do pai, da mãe e dos demais cuidadores no crescimento das crianças; os problemas com gravidez na adolescência, com muitas mães soltas (solteiras) e que necessitam de apoio



Precisamos contemplar diferenças infâncias, a urbana, a rural, a de comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas. Cada uma delas precisa de atenções e cuidados diferenciados"

integral. Para promovermos o desenvolvimento socioinfantil, estamos trabalhando fortemente a visitação familiar, e o apoio e acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Cartão Mais Infância, ação estadual de transferência de renda que integra o programa Mais Infância Ceará. Também ampliamos a formação técnica das portas de entrada dos serviços, nas áreas da saúde, educação e da assistência social, para que as famílias se sintam acolhidas e sejam cuidadas dignamente.

Quais os maiores impactos trazidos pela Covid-19 para esse público?

A Covid foi uma crise sanitária, econômica e social muito grave e inesperada, que alterou muito os indicadores do Estado e do País. Crianças e gestantes encontraram dificuldades de acesso aos serviços das unidades básicas, seja pelo medo de contágio, seja pela orientação pública para que evitassem

de ir às unidades de saúde. Isso resultou na redução de consultas de pré-natal e na dificuldade de detecção precoce de gestação, enquanto crianças enfrentaram dificuldades para fazer a puericultura. Foram inúmeras as dificuldades de acesso das mães às redes de apoio, inclusive na gestação e no parto. Assim como o medo da morte também impactou na saúde mental das pessoas. Outro impacto foi no acesso à Educação. Passamos muito tempo com as crianças em isolamento social, sem aulas presenciais, distantes desse ambiente protetivo que é a escola. A crise econômica é outro desafio. Adotamos medidas para apoiar as famílias e minimizar os efeitos da pandemia na vida dos cearenses, como os programas do Vale Gás Social, doação de cestas básicas, de kits de higiene e de máscaras de proteção, ampliação do número de famílias no Cartão Mais Infância e instituição do programa de redução das tarifas de água e luz às famílias em situação de vulnerabilidade social. O número de famílias atendidas com Cartão Mais Infância foi ampliado de 48 mil para 150 mil famílias. Outra medida foi a criação dos Agentes Sociais Mais Infância, para fortalecermos, acompanharmos e monitorarmos, com dados reais e localizados, as ações do Programa. Foram doadas cerca de 2,2 mil toneladas de alimentos e 68.070 cestas básicas através do Programa Mais Nutrição. Em 2020, foi criado o Vale Gás Social, que tornou-se política pública permanente em 2021, determinando a distribuição dos tickets três vezes ao ano. Em 2020, foram

distribuídos 245.966 tickets e, em 2021, foram 255.577. O investimento nos dois anos foi de R\$ 29.933.113. Nosso grande objetivo, mais do que nunca, foi priorizar as famílias em situação de vulnerabilidade social. Não podemos ter famílias invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade.

Como o Estado pretende apoiar/acompanhar a execução dos planos municipais para a primeira infância?

O trabalho de construção de políticas públicas só dá certo quando todos se dão as mãos, é uma parceria entre Estado e municípios. Apoiar os municípios na construção dos planos é fortalecer um vínculo de cooperação. Também acreditamos muito no planejamento, pois ele nos permite identificar vários cenários, perspectivas de crescimento, inovação, e nos auxilia na construção de políticas públicas com melhores resultados. Um dos nossos pilares de ação é trabalhar as polí-



ticas públicas baseadas em evidências. Outro aspecto importante do planejamento é identificar a destinação adequada do orçamento para darmos continuidade e sustentabilidade às ações. Quando iniciamos a mobilização para construção dos planos municipais, alguns municípios já tinham seus planos elaborados, mas os convidamos a revisá-los e atualizá-los com a perspectiva do novo cenário e dos desafios impostos pela pandemia. Precisamos avançar. A crise requereu maior agilidade na construção dos planos municipais. Para cada plano, analisamos o cenário e traçamos um caminho, definindo onde estamos e onde queremos chegar. O primeiro passo para realizar os planos municipais foi o diagnóstico das diferentes infâncias frente aos diferentes cenários e contou com as bases de dados federais, estaduais, mas, principalmente, municipais. A premiação foi uma forma de estimularmos e reconhecermos os municípios pela evolução na construção dos planos à primeira infância. Ficamos muito felizes com o resultado. Dos 184 municípios cearenses, 175 tiveram seus planos aprovados e, destes, 145 obtiveram padrão ouro. Ou seja, foram aprovados pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e pelas câmaras legislativas. O Estado pretende acompanhar sistematicamente os planos. Estamos formalizando parcerias com o Instituto da Infância (Ifan) e o UNICEF para monitorá-los nas grandes áreas, de forma abrangente. Queremos trabalhar com os comitês municipais à primeira infância, por serem intersetoriais,

a partir de ferramentas de acompanhamento para estarmos focados na realidade das ações. O objetivo é torná-las factíveis, com resultados reais. Não podemos fazer planos de gaveta. Planos precisam ser reais, sempre.

Quais atores devem estar envolvidos na elaboração do PMPI? Como potencializar a participação de crianças e suas famílias?

Planos à primeira infância devem ser construídos, em conjunto, por profissionais da gestão e por agentes que operam na ponta, que executam a política da infância. Trabalhamos muito com os comitês municipais, porque eles unem diversos atores e áreas. Participaram, principalmente, profissionais da saúde, educação, assistência social e meio ambiente, mas várias cidades incluíram ações de infraestrutura, de esporte e cultura, desenvolvimento agrário e de demais secretarias. A construção dos planos mexeu muito com os municípios, envolveu agentes da base, envolveu os que fazem a gestão e os que executam as políticas públicas. Ouvir as crianças é fundamental para que saibamos o que esperam dos seus gestores, da sua cidade, o que elas avaliam que precisa ser melhorado em suas vidas. Isso nos ilumina os caminhos a perseguir. Estimulamos as conversas com as crianças e obtivemos depoimentos que nos permitiram enxergar a cidade e as políticas públicas pela ótica da criança. Quanto mais atores participam desse processo, maior a responsabilidade de todos, pois nos apropriamos da realidade e nos envolvemos do planejamento à execução do plano.

Busca Ativa Escolar: monitoramento diário e atendimento individualizado

Após a etapa de mobilização para a adesão à Busca Ativa Escolar, a APDMCE tem concentrado esforços em monitorar a plataforma e oferecer suporte adequado aos 523 municípios do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Nos últimos meses foi intensificado o trabalho de acompanhamento individualizado desses municípios, com uma média de 300 atendimentos mensais nos três estados. Esses momentos são importantes como termômetro das ações do Selo UNICEF que vêm sendo realizadas nos municípios, bem como para mensurar as principais dificuldades no percurso.

Entre os assuntos mais abordados nestas consultorias estão dúvidas que vão desde o termo de aceite da BAE, segundo as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), até os alertas – como abrir um alerta que se transforma em caso, como cancelar um caso etc. “Essa conversa com os técnicos e coordenadores da Busca Ativa Escolar nos ajuda muito a identificar os principais gargalos enfrentados pelos municípios e a desenvolver estratégias que otimizam o nosso processo de monitora-

300

é a média de atendimentos mensais realizados pela APDMCE aos técnicos e coordenadores da BAE

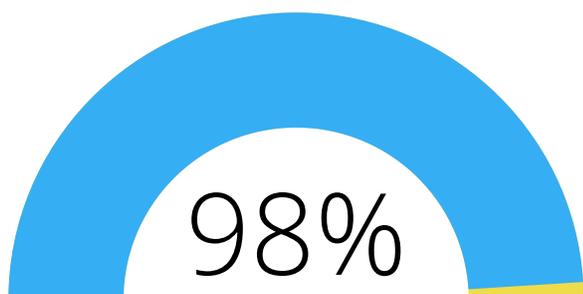
mento da plataforma”, aponta Luciana Marinho, consultora da BAE no Ceará.

Outra preocupação é identificar e estar junto dos municípios que estão sem matrículas há muito tempo. “Esse acompanhamento é feito semanalmente, levando em conta os municípios que estão com matrículas zeradas desde a data de corte, 1º de novembro de 2021”, aponta Luciana Marinho, que alerta os municípios sobre as matrículas e lembra das metas a serem atingidas. O acompanhamento dos municípios ativos e inativos e o corpo a corpo junto a eles sobre a situação da plataforma também fazem parte do trabalho cotidiano da APDMCE.

Como ficou a adesão à Busca Ativa Escolar no PICERN:

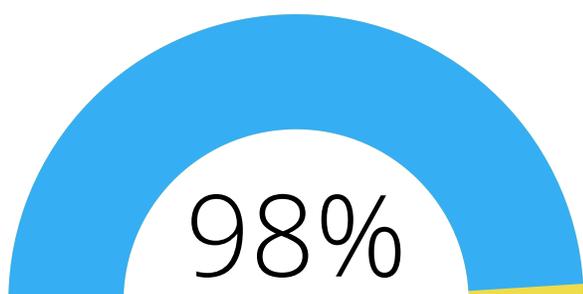
PIAUI

179 municípios



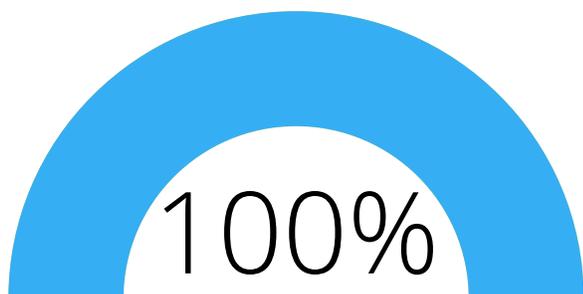
CEARÁ

181 municípios



RIO GRANDE DO NORTE

157 municípios



Balanco de rematrículas (ensino fundamental e médio):

Piauí - 254

Ceará - 1.898

RN - 336

*nov/2021 a abril/2022

Planejamento! Próximos passos da BAE no PICERN:

- Atualizar o banco de dados dos coordenadores operacionais da Busca Ativa Escolar;
- Divulgar regularmente o mapa de cada estado com a situação da BAE (ativos/inativos);
- Mobilização dos municípios para adesão e readesão da BAE;
- Realizar formações com os municípios de acordo com os números de rematrículas;
- Manter a divulgação de pílulas sobre informações importantes a respeito da BAE;
- Reforçar atendimento online e presencial para tirar dúvidas;
- Incentivar aos municípios a implementarem boas práticas referentes à estratégia da Busca Ativa Escolar.

HISTÓRIAS DE VIDA

DIREITO À CULTURA

Ensino musical no combate ao trabalho infantil

A Escola Municipal de Música Maestro Claudionor de Oliveira, sediada em Goianinha (RN), foi fundada em 2007 como desdobramento do Programa Educacional de Combate ao Trabalho Infantil (PETI). Quinze anos depois, a instituição conta hoje com 500 alunos e público formado por crianças a partir de oito anos, adolescentes e adultos. A criação do equipamento precedeu a da própria Secretaria Municipal de Cultura, instituída no ano seguinte e à qual a escola é vinculada atualmente.

Diferentes modalidades e disciplinas são ofertadas para os alunos da rede municipal, estadual e privada, como as disciplinas de flauta doce, para iniciação musical, flauta transversal, violino, violão, contrabaixo, guitarra, canto coral, violoncelo e bateria. Para acessar a escola, os estudantes precisam estar regularmente matriculados em uma instituição de ensino do município.

Os alunos da Escola Maestro Claudionor de Oliveira participam de apresentações na Banda Filarmônica Municipal de Música, na Orquestra Jovens de Violinos, em recitais temáticos promovidos ao longo do ano, como o Junino e Natalino. Também estão presentes em espetá-

Diferentes modalidades e disciplinas são ofertadas para os alunos da rede municipal, estadual e privada, como as disciplinas de flauta doce, para iniciação musical, flauta transversal, violino, violão, contrabaixo, guitarra, canto coral, violoncelo e bateria

Com 15 anos de atuação, a Escola Maestro Claudionor de Oliveira conta com 500 alunos



culos nas cidades da região. A iniciativa conta com o Coral Infantojuvenil de Goianinha (Corangelis) e o coralino – coral infantil.

Em 2010, a Câmara Municipal aprovou o bolsa talento, com auxílio de R\$ 100 para alunos da rede municipal cadastrados na casa de cultura e com bom desempenho nas disciplinas musicais. O financiamento da escola é exclusivamente municipal.

A articuladora do Selo UNICEF no município, Fairuze Soares, destaca que os adolescentes do NUCA têm proximidade com o trabalho da escola, conhecem as políticas públicas desenvolvidas no espaço e estão sempre dispostos a debater propostas e melhorias voltadas ao equipamento. Ela acrescenta que a ideia é ampliar essa

aproximação dos adolescentes com as atividades da escola de música.

Durante a pandemia de Covid 19, a Escola Municipal de Música suspendeu as atividades presenciais e passou a funcionar em caráter excepcional na modalidade EaD, com os alunos veteranos, não realizando novas matrículas naquele período em respeito aos protocolos sanitários.

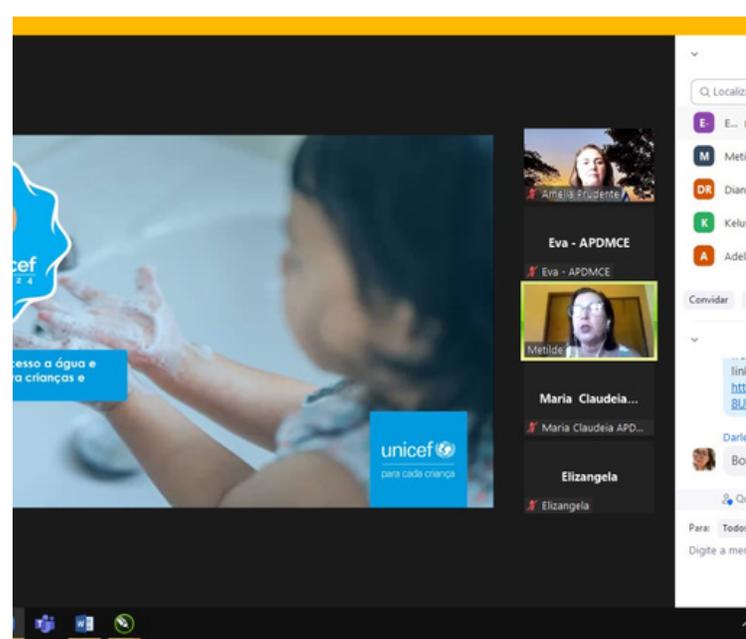
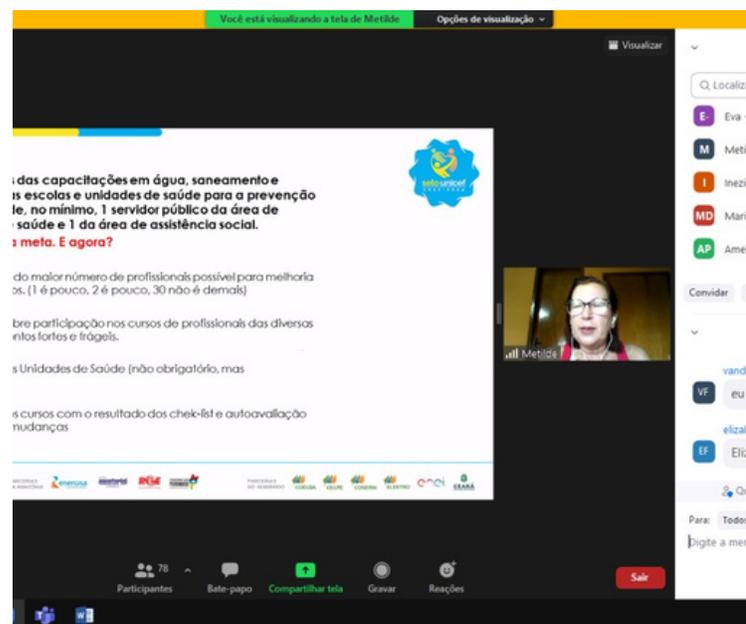
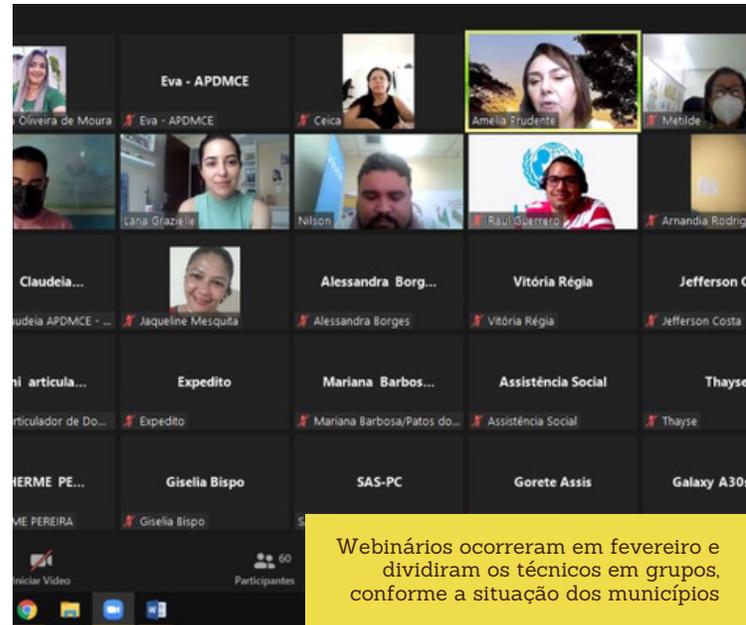
Goianinha está localizada no Rio Grande do Norte e tem cerca de 27 mil habitantes. Conta com uma rede pública de ensino formada por 6.456 estudantes, sendo 797 da creche, 799 da pré-escola, 2.437 do ensino fundamental I, 1.876 do ensino fundamental II e 547 da Educação de Jovens e Adultos (EJA).



Capacitações da APDMCE focam em higiene de escolas e unidades de saúde

A APDMCE realizou, no mês de fevereiro, um trabalho intensivo de capacitações com os municípios do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte sobre o Resultado Sistêmico 3, “Hábitos de higiene e acesso a água e saneamento assegurados para crianças e adolescentes nas escolas”. Foram promovidos cinco webinários (9, 10, 11, 16 e 17 de fevereiro) sobre o tema, um por estado e um geral, que alcançaram audiência de pelo menos 322 participantes de 188 municípios. A formação do dia 17/2 dirigiu-se aos municípios que já haviam alcançado suas metas nesse RS, tendo como foco a ampliação e o fortalecimento das ações já realizadas.

Dentre os assuntos abordados está a mobilização para os cursos sobre água, saneamento e promoção da higiene nas escolas e unidades de saúde para a prevenção da Covid-19, ambos promovidos conjuntamente por UNICEF e Instituto da Primeira Infância (Iprede). Nos webinários foi apresentada a importância dessa ação para promoção da saúde de crianças e adolescentes; o passo a passo para se



322

foi o número aproximado de participantes dos webinários

inscrever e acessar os cursos; e orientações para as principais dificuldades relatadas. Também foram tiradas as dúvidas sobre todo o processo.

Os municípios que participaram das capacitações foram divididos em grupos de acordo com o grau de execução do Resultado Sistêmico 3: os que estão bem avançados nas atividades, aqueles em situação razoável e os municípios atrasados nas ações. As apresentações feitas nos webinários levaram em conta essas particularidades e focaram nas ações mais imediatas exigidas no RS 3: a autoavaliação das condições de água, esgotamento sanitário e práticas de higiene nas escolas; e a checagem de protocolos de prevenção à Covid-19 em pelo menos 30% das escolas públicas.

“A partir daí se observou uma redução nas muitas dificuldades que eles estavam tendo, como o acesso à plataforma dos cursos”, avalia Metilde Ferreira, consultora do Selo UNICEF no PICERN. Posteriormente ao período de capacitações, a APDMCE continua oferecendo consultoria aos

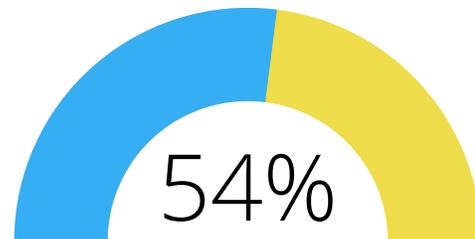
municípios para atender questões particulares. Esse contato vem ocorrendo de diferentes maneiras: reuniões presenciais e contato por WhatsApp, ligações telefônicas, e-mails e chamadas de vídeo.

Municípios que já concluíram os cursos do IPREDE/UNICEF:

*Levantamento até 4 de abril/22

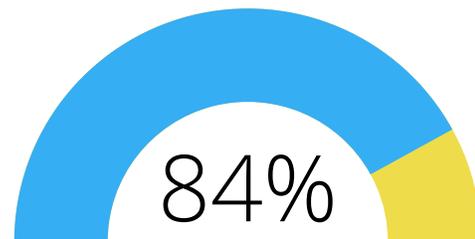
PIAUI

98 municípios



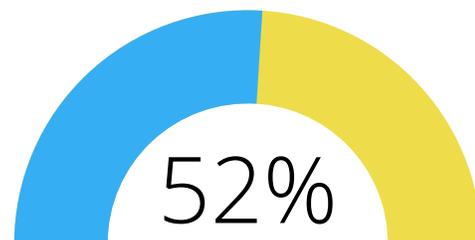
CEARÁ

154 municípios



RIO GRANDE DO NORTE

82 municípios



HISTÓRIAS DE VIDA



**ÁGUA COMO
DIREITO HUMANO**

Água e higiene no retorno à sala de aula

Lagoa de São Francisco (PI) foi um dos municípios beneficiados pelo projeto ASHI: Água, Saneamento e Higiene, que teve como principal objetivo a prevenção, o controle de infecções e o acesso a água e higiene na volta às aulas. A iniciativa resultou de parceria entre UNICEF, Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), Fórum de Convivência com o Semiárido Piauiense, Obra Kolping Piauí e gestão municipal de Lagoa de São Francisco.

O projeto foi executado em dezembro de 2021 e contemplou todas as escolas da rede municipal, tanto da zona urbana como rural, com 1.998 alunos atendidos. O município implementava à época o plano escolar de volta às aulas, com o retorno gradual no modelo híbrido, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação em setembro daquele ano. Também foi realiza-

do um webinar de lançamento do projeto com participação dos representantes das entidades envolvidas.

Após o lançamento oficial do programa, os parceiros visitaram as escolas e entregaram os lavatórios móveis e kits de higiene pessoal. Foram implementadas estações de lavagens de mãos; doação de kits de higiene pessoal contendo sabão em barra, sabão líquido, máscaras de tecido; e distribuição de absorventes feminino. De acordo com a equipe local de implementação do Selo UNICEF, o último item teve grande impacto nas escolas do município, considerando os altos índices de exclusão escolar ocasionados pela pobreza menstrual.

Também ocorreram formações educativas e de comunicação, de forma presencial e online, voltada para a equipe gestora escolar; equipe das secretarias municipais de Educação e Saúde; e população em geral. De acordo com a articuladora do Selo UNICEF em Lagoa de São Francisco, Marciele Freire, a gestão municipal está veiculando, nas emis-



soras de rádio locais, programas sobre conteúdos pautando o acesso a água e higiene como direito humano.

Marciele Freire aponta que as ações do projeto tiveram continuidade ao longo de 2022. Na avaliação da articuladora, as capacitações do ASHI impactaram positivamente a implementação do Selo UNICEF no município. “A gente consegue ter uma resposta melhor nas escolas municipais, por exemplo na ação dos questionários a serem preenchidos sobre saneamento e higiene”, detalha. “Como professores, coordenadores e diretores das nossas 11 escolas já estavam formados para receber o projeto, a gente não teve tanta dificuldade em executar esse resultado sistêmico”, acrescenta, referindo-se ao RS 3: “Hábitos de higiene e acesso a água e saneamento assegurados para crianças e adolescentes nas escolas”.

Com uma população aproximada de 6,5 mil habitantes, o município de Lagoa de São Francisco batalha pela primeira certificação do Selo UNICEF. A articuladora do programa no município diz que a iniciativa está sendo priorizada pela atual administração do município. “A gente vem trabalhando para alcançar o Selo UNICEF nesta edição, fizemos todas as atividades exigidas até agora e acredito que em 2024 seremos certificados”, projeta.



A distribuição dos kits de higiene e as capacitações sobre água e higiene mobilizaram a comunidade escolar



Encontros regionais no Ceará reúnem mobilizadores

Os consultores do Selo UNICEF acompanham de perto e participam de diversas atividades encabeçadas pelos municípios voltadas à mobilização de adolescentes. Entre essas iniciativas estão os encontros regionais de mobilizadores. O coordenador de adolescentes no PICERN, Nilson Silva, esteve nos dois eventos já realizados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF): nos dias 25 de novembro, sediado em Caucaia; e 10 de março, em Paraipaba. O terceiro já está marcado para junho, em Pindoretama, no Arraíá dos Mobilizadores.

“A ideia principal foi reunir os mobilizadores para unir forças e superar desafios. E também trazer experiências bem-sucedidas dentro do NUCA, partilhar experiências, principalmente porque muitos (mobilizadores) são novatos”, explica

Nerieudes Lima, mobilizador de Caucaia. A temática dos encontros é Espalhando Experiências.

No primeiro encontro, o consultor Nilson Silva tirou as dúvidas principais sobre a criação dos NUCAs e, no evento seguinte, centrou sua fala nas iniciativas Pode Falar (plataforma com foco na escuta e saúde mental de adolescentes) e 1 Milhão de Oportunidades, ambas do UNICEF. O Ceará contabiliza quase 12% dos atendimentos do Pode Falar, com 4.212 acessos. No Piauí são 454 e, no Rio Grande do Norte, 503.

“A ideia principal foi reunir os mobilizadores para unir forças e superar desafios. E também trazer experiências bem-sucedidas dentro do NUCA, partilhar experiências”

Nerieudes Lima,
Mobilizador de adolescentes em Caucaia



O Ceará é o segundo estado com maior número de adolescentes atendidos na plataforma do Pode Falar, com 4.212 acessos, 12% do total

Também mirando a mobilização de adolescentes, a APDMCE realizou, nos meses de fevereiro e março, agendas sobre o Plano de Participação Cidadã de Adolescentes e o U-Report. No dia 22/2 houve um momento tira-dúvidas reunindo técnicos municipais do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Já nos dias 7, 8 e 9 de março foram realizadas capacitações por estado (um por dia).

Nestas atividades foram reforçados os temas obrigatórios do plano de participação de adolescentes; detalhes de como elaborar o documento; como realizar o encontro de adolescentes para a produção do plano; dicas de elaboração; passo a passo para o cadastros dos adolescentes no U-Report; como postar o plano na Plataforma Crescendo Juntos (PCJ), dentre outros.

Neste período também teve continuidade a mobilização para a criação dos núcleos de cidadania de adolescentes. De acordo com o levantamento mais recente, referente ao final de abril de 2021, já estão cadastrados no U-Report 133 NUCAs no Ceará, 80 no Piauí e 80 no Rio Grande do Norte, com participação de mais de 9.500 adolescentes.

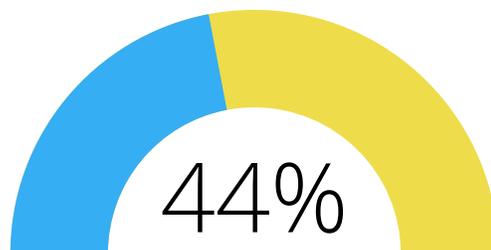
9.519

adolescentes participam dos NUCAs do PICERN

NUCAs cadastrados no U-Report:

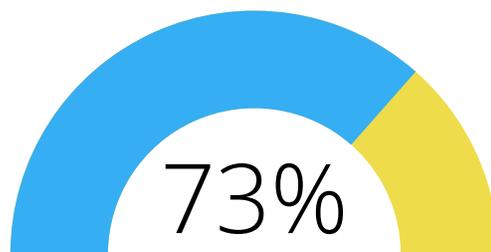
PIAUI

80 municípios



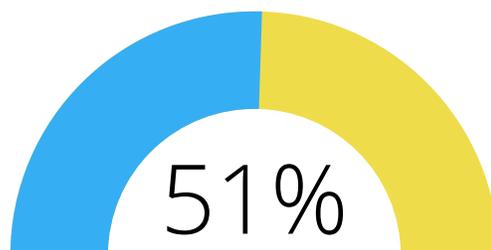
CEARÁ

133 municípios



RIO GRANDE DO NORTE

80 municípios



HISTÓRIAS DE VIDA



JUVENTUDE MOBILIZADA

Campanhas por cidadania mobilizam adolescentes

Na reta final para o prazo limite de tirar o título de eleitor, encerrado no dia 4 de maio último, diversos Núcleos de Cidadania de Adolescentes (NUCA) incluíram entre suas atividades uma mobilização convocando adolescentes e sociedade em gerar a emitir ou regularizar o documento. Palestras, gravação de vídeos e visitas às escolas integraram a agenda de conscientização. Em Forquilha (CE), estudantes promoveram campanha de comunicação "Tire seu Título", implementada no mês de abril. Em Pacajus, também no Ceará, os jovens se mobilizaram para ampliar a participação nas eleições.

Na cidade de Forquilha, a iniciativa foi executada com apoio da prefeitura municipal e Secretaria de Desenvolvimento Social. Participaram 47 adolescentes, além do articulador do Selo UNICEF no município, Lucineudo Caxias, e da mobilizadora de adolescentes Maria Álcima Prado. Para

Integrantes do NUCA de Forquilha, no Ceará, produziram um vídeo convocando adolescentes a tirarem o título de eleitor



alertar a sociedade, especialmente o público de adolescentes, sobre a aproximação do prazo para tirar o título, meninas e meninos do NUCA participaram de vídeo institucional reproduzido nas redes sociais e compartilhado no WhatsApp. Também foram realizadas visitas para divulgar a campanha nas escolas do município.

A campanha liderada pelo NUCA de Pacajus também contou com produção de vídeo convidando adolescentes a votarem pela primeira vez, bem como o indicativo do passo a passo para tirar o título de eleitor. A ação foi realizada entre os dias 5 e 28 de abril e incluiu reuniões nas escolas de ensino fundamental II e ensino médio. "Foi uma forma que encontramos de alcançar um maior número de jovens", relata o mobilizador de adolescentes do município, Paulo Henrique Santos.

Conforme aponta o mobilizador, essas visitas às escolas abordavam outras informações sobre o Selo UNICEF e a atuação do NUCA, e um dos pontos de pautas focava na campanha pelo título de eleitor. "Passamos a nos reunir todos os dias em cada escola para levar esse tema e também achamos que eram espaços importantes para fortalecer as outras ações do Selo UNICEF", reforça o mobilizador.

Os conteúdos produzidos pelos adolescentes de Pacajus foram amplamente divulgados nas redes sociais do NUCA, da prefeitura municipal e de diferentes entidades que apoiaram a iniciativa.

“

Passamos a nos reunir todos os dias em cada escola para levar esse tema e também achamos que eram espaços importantes para fortalecer as outras ações do Selo UNICEF”

Paulo Henrique Santos

mobilizador de adolescentes em Pacajus



SELO UNICEF: um trabalho feito por várias mãos

Amélia Prudente – Graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), é consultora técnica e já coordenou diversos projetos para a infância e adolescência por meio da APDMCE, como o Eu Sou Cidadão - Amigos da Leitura, por 18 anos. Já atuou como consultora do UNICEF em edições anteriores e atualmente coordena a implementação do Selo UNICEF (2021-2024) no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

Suellem Fortaleza – É graduada em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e tem especialização em "Direito Administrativo e Gestão Pública" e "Gestão em Serviços de Saúde, Controle, Avaliação, Regulação e Auditoria", ambas pela URCA. Atua na APDMCE no gerenciamento de projetos, na assessoria jurídica e no setor financeiro. Já prestou consultoria ao Selo UNICEF na última edição (2017-2020) e na atual ocupa o cargo de help desk no Ceará.

Luciana Marinho – Possui graduação em Serviço Social e especialização em Saúde do Idoso pela UECE, além de mestrado em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Hoje atua como assistente social da APDMCE e integra o Núcleo Estadual de Educação Permanente do SUAS do Estado do Ceará. Já foi consultora do Selo UNICEF em edições anteriores e hoje, pelo programa, coordena a Busca Ativa Escolar (BAE) no Ceará.

Lorena Alves Crispim – Formada em Jornalismo pela UFC, tem experiência em comunicação para direitos humanos e em defesa de crianças e adolescentes. Foi coordenadora de comunicação do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios de Adolescentes, do qual o UNICEF é parceiro, e já atuou em grandes veículos de imprensa. Hoje é consultora de Comunicação do Selo UNICEF e também já prestou consultoria ao programa na edição anterior.

Eva Cristiana Alves – Trabalha na APDMCE desde 2013 como assistente administrativo. Já atuou em parceria com o Selo UNICEF em anos anteriores. Na atual edição, é responsável por articular e mobilizar os diversos atores, em âmbito municipal, exercendo o cargo de apoio técnico-administrativo no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

José Nilson Silva – Tem graduação em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda. Já foi assessor de Juventude da Prefeitura Municipal de Fortaleza e assessor técnico do Instituto de Juventude Contemporânea. Entre 2010 e 2020, prestou consultoria ao Selo UNICEF nas áreas de adolescentes e Busca Ativa Escolar. No Selo UNICEF, ocupa hoje o cargo de coordenador de adolescentes no PICERN.

Metilde Ferreira – É graduada em Terapia Ocupacional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), com mestrado profissional em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). Trabalhou como membro do Grupo Gestor da Saúde da Criança do Estado do Ceará, é terapeuta ocupacional no Hospital Infantil Albert Sabin e atua no Selo UNICEF desde a primeira edição, em 2000. Hoje está no apoio técnico e operacional à coordenação do Selo UNICEF no PICERN.

Lana Grazielle – Graduada em Serviço Social pelo Instituto Camillo Filho, já foi avaliadora educacional técnica pelo Ministério da Educação (MEC), educadora de Participação Cidadã do PROJovem Urbano do município de Luzilândia (PI) e participou do Projeto Integrar. Atua no Lar de Misericórdia, casa de acolhimento para pacientes oncológicos. Presta consultoria ao Selo UNICEF desde 2013 e atualmente é help desk do programa no Piauí.

Keluska Lima – Tem graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e atua como coordenadora administrativa financeira do CEDECA/Casa Renascer. Em edições anteriores do Selo UNICEF, já coordenou as ações do programa no Rio Grande do Norte (2013/2016) e prestou suporte técnico (2017-2020). Na atual edição, é help desk do Selo UNICEF naquele estado.

Gilliard Laurentino – É graduado em Psicologia pela Universidade Potiguar (UnP) e atua como psicólogo no CEDECA/Casa Renascer. Já trabalhou como psicólogo do CRAS dos municípios de Goianinha e Tibau do Sul (RN) e foi coordenador do Acessuas Trabalho em Goianinha. Foi consultor de Políticas Públicas da ASSERT e, nesta edição do Selo UNICEF, coordena a Busca Ativa Escolar e o NUCA no Rio Grande do Norte.

